

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, PARA O PERÍODO DE 01/11/2024 A 31/10/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EQUATORIAL ENERGIA S.A. E O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS, NAS ATIVIDADES DE MEIO AMBIENTE E NOS ENTES DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA, SANEAMENTO, GAS E MEIO AMBIENTE NO DISTRITO FEDERAL – STIU-DF, NOS TERMOS ABAIXO.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO que entre si celebram, de um lado a **EQUATORIAL ENERGIA S.A.**, Empresa privada, Holdings de Instituições não financeiras, situada no Setor SCS Quadra 09 Lote C Torre A Salas 1201,1202,1204 e 1205 - Edifício Parque Cidade Corporate – Asa Sul – Brasília-DF, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.220.438/0002-54, doravante denominada **EQUATORIAL ENERGIA** e/ou Empresa, e de outro lado, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal – STIU – DF**, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 06, Bloco A, 7º andar, 110, Edifício Arnaldo Villares, Brasília – DF, devidamente inscrito no CNPJ (MF) nº 00.718.346/0001-20, doravante denominado **STIU-DF** e/ou **Sindicato**, conforme cláusulas a seguir relacionadas:

CLÁUSULA 1ª - ABRANGÊNCIA DO ACORDO

O presente Acordo Coletivo de Trabalho abrange todos os empregados da **EQUATORIAL ENERGIA**, pertencentes a todas as categorias profissionais, inclusive, os de categorias diferenciadas, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, nas Atividades de Meio Ambiente e nos Entes de Fiscalização e Regulação dos Serviços de Energia Elétrica, Saneamento, Gás e Meio Ambiente no Distrito Federal - **STIU-DF**.

CLÁUSULA 2ª - DATA-BASE E VIGÊNCIA

A data-base deste Acordo é o dia 1º de novembro. O prazo de vigência do presente instrumento coletivo de trabalho é de 2 (dois) anos, no período de 1º de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2026, ressalvadas as cláusulas de natureza econômica que terão vigência de 1º de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025 e serão objeto de negociação anual.

Parágrafo primeiro: As cláusulas de natureza econômica são: **Auxílio Alimentação, Auxílio Educacional, Auxílio Mais Educação, Reajuste dos Salários, Piso Salarial, Transferência de Empregados e Programa de Participação nos Lucros ou Resultados.**

Parágrafo segundo: As partes convencionam que, além das cláusulas de natureza econômica, podem apresentar para fins de negociação até 4 (quatro) cláusulas de outra natureza nas suas pautas de reivindicações/propostas.

CLÁUSULA 3ª - REAJUSTE DOS SALÁRIOS

A **EQUATORIAL ENERGIA**, a partir de 1º de novembro de **2024**, reajustará os salários dos seus empregados admitidos até **31/10/2024**, no percentual de **4,60% (quatro vírgula sessenta por cento)**, sobre os salários vigentes em **31/10/2024**.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Parágrafo Único: O disposto no *caput* desta cláusula não se aplica aos ocupantes de Cargos de Diretor, Superintendente, Gerente e Executivo.

CLÁUSULA 4ª – PISO SALARIAL

Fica assegurado aos empregados da **EQUATORIAL ENERGIA** o piso salarial **R\$ 2.198,50 (dois mil cento e noventa e oito reais e cinquenta centavos)**.

CLÁUSULA 5ª - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

A **EQUATORIAL ENERGIA** efetuará o pagamento dos salários, quinzenal ou mensalmente, mediante opção do empregado, em conformidade com o calendário a seguir:

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO DOS SALÁRIOS					
MÊS	ANO	ADIANTAMENTO QUINZENAL		SALDO DE SALÁRIOS	
		2024/2025	2025/2026	2024/2025	2025/2026
Novembro/2024/2025		14	14	29	28
Dezembro		13	15	30	30
Janeiro/2025/2026		15	15	30	30
Fevereiro		14	13	28	27
Março		14	13	28	30
Abril		15	15	30	30
Mai		15	15	30	29
Junho		13	15	30	30
Julho		15	15	30	30
Agosto		15	14	29	28
Setembro		15	15	30	30
Outubro		15	15	30	30

Parágrafo primeiro: No adiantamento quinzenal será concedido 30% (trinta por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) do salário, sendo este último concedido apenas aos empregados que possuem desconto de Pensão Alimentícia consignado em Folha de Pagamento.

- a) A fim de melhor garantir o equilíbrio e a liquidez financeira para os colaboradores que realizarem empréstimos junto às Instituições Financeiras e / ou EQTPREV, o adiantamento quinzenal será de 20% (vinte por cento), sendo o desconto do(s) referido(s) empréstimo(s) realizado(s) em contracheque, por ocasião do pagamento do saldo de salários.

Parágrafo segundo: Nos dias de pagamento dos salários, será concedida ao empregado permissão de ausência do trabalho por, no máximo, 2 (duas) horas, em um dos expedientes, nas localidades que não possuam a estrutura existente no Prédio Sede da Empresa (Caixas Eletrônicos, Internet e outros), para recebimento dos salários.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Parágrafo terceiro: Os empregados que trabalham em regime de turno com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, bem como os empregados lotados na Sede da Empresa, não terão direito à permissão constante no parágrafo anterior.

Parágrafo quarto: As referidas horas não são cumulativas e só poderão ser concedidas nos dias de pagamento. A concessão destas horas deverá ser negociada previamente com o gestor imediato, o qual deverá estabelecer um cronograma de liberações, a fim de não comprometer a continuidade dos serviços.

CLÁUSULA 6ª – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

As partes resolvem firmar o Anexo I, que é parte integrante deste Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2026, estabelecendo as regras e critérios do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados pelos empregados da **EQUATORIAL ENERGIA**, sendo este apurado anualmente, para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, de forma a garantir o pagamento do PPME – Programa de Participação de Metas por Equipe, de até 2 (dois) salários nominais.

Parágrafo primeiro: O PPME poderá ser acrescido em até 1 (um) salário, a título de Bonificação Adicional, condicionado ao atingimento da meta que será definida pela **EQUATORIAL ENERGIA**, considerando o indicador que vier a ser definido pela Empresa, relacionado às atividades da Gerência / Superintendência / Diretoria de lotação dos trabalhadores.

Parágrafo segundo: Caso haja necessidade de alteração das metas acima citadas, a **EQUATORIAL ENERGIA** comunicará ao Sindicato e, havendo necessidade, as partes se reunirão para discutir a mudança.

Parágrafo terceiro: O pagamento do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados terá como base os salários praticados em dezembro de 2025 e será efetuado até o dia 15 de abril de 2026.

CLÁUSULA 7ª - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A **EQUATORIAL ENERGIA** pagará aos empregados que trabalham em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, o adicional de insalubridade calculado em 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) sobre o Menor Salário da Estrutura Salarial vigente, conforme a respectiva classificação do grau de insalubridade em mínimo, médio e máximo estabelecido em Lei.

CLÁUSULA 8ª - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A **EQUATORIAL ENERGIA** manterá o pagamento do Adicional de Periculosidade conforme o que estabelece a Lei nº 12.740, de 8 de dezembro de 2012, Decreto n.º 93.412, de 14 de outubro de 1986, e as Súmulas 191 e 361 do TST, para os empregados que exerçam atividades que se enquadram nas normas elencadas na presente cláusula.

CLÁUSULA 9ª – TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADOS

A **EQUATORIAL ENERGIA** manterá os seguintes critérios quando da transferência do(a) empregado(a) por interesse dos serviços:

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Parágrafo primeiro: Tratando-se de transferência provisória, a **EQUATORIAL ENERGIA** pagará 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário nominal do empregado, a título de Adicional de Transferência, enquanto perdurar esta situação, conforme disposição contida no § 3º, do Art. 469, da CLT.

Parágrafo segundo: Tratando-se de transferência definitiva, nos termos do Art. 470, da CLT, a **EQUATORIAL ENERGIA** arcará com as despesas decorrentes de passagens e frete, efetuando ainda o pagamento de ajuda de custo, conforme a tabela abaixo:

FAIXAS	FAIXA SALÁRIO NOMINAL	VALOR DA AJUDA DE CUSTO
1.	Até R\$ 3.851,12	2,2 (SN + AP)
2.	De R\$ 3.851,13 a R\$ 5.417,37	2 (SN + AP)
3.	Acima de R\$ 5.417,37	R\$ 10.834,70

a) Legenda:

SN = Salário Nominal

AP = Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA 10ª - PLANO DE SAÚDE

A **EQUATORIAL ENERGIA** manterá o Plano de Saúde através de empresa prestadora de serviços médicos, atendendo a todos os empregados e seus dependentes.

Parágrafo primeiro: A coparticipação dos empregados no custeio do Plano de Saúde será no percentual de 40% (quarenta por cento) e incidirá sobre os serviços de consultas e exames de baixa complexidade. O valor da coparticipação será cobrado:

- a) Dos empregados ativos, através de desconto em contracheque;
- b) Dos empregados com contrato de trabalho suspenso em razão de aposentadoria por invalidez ou auxílio doença acidentário, através de boleto de cobrança a ser emitido em nome do empregado pela **EQUATORIAL ENERGIA**.

Parágrafo segundo: Os demais serviços constantes no rol de procedimentos do Plano de Saúde, excluindo-se aqueles mencionados no parágrafo anterior, serão cobertos em sua integralidade.

Parágrafo terceiro: No caso de falecimento do Empregado, a **EQUATORIAL ENERGIA** se compromete a anistiar os débitos referentes às despesas médicas do Plano de Saúde.

Parágrafo quarto: O empregado poderá incluir o(a) esposo(a) ou companheiro(a), este assim considerado nos termos da Lei 9.278, de 10/05/1996, como beneficiário do Plano de Saúde da **EQUATORIAL ENERGIA**.

Parágrafo quinto: Em caso de ação judicial que tenha como objeto/questionamento o Plano de Saúde, o Sindicato se compromete a arrolar no polo passivo a operadora do Plano.

Parágrafo sexto: A Empresa manterá o Plano de Saúde para os empregados aposentados por invalidez e seus dependentes, conforme legislação vigente.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

CLÁUSULA 11ª - PLANO ODONTOLÓGICO

A **EQUATORIAL ENERGIA** manterá Plano Odontológico, através de Empresa contratada para prestação desses serviços.

Parágrafo primeiro: O Plano Odontológico será custeado pela Empresa no percentual de 70% (setenta por cento) e o Empregado participará com 30% (trinta por cento) por beneficiário (empregado e dependente).

Parágrafo segundo: O(a) empregado(a) poderá inscrever o(a) esposo(a) ou companheiro(a) considerados nos termos da Lei 9.278, de 10/05/1996, na qualidade de beneficiário do Plano Odontológico da **EQUATORIAL ENERGIA**.

Parágrafo terceiro: Fica estabelecido que, caso ocorram alterações de cálculos atuariais ou reajustes contratuais, as partes deverão negociar os valores relativos à participação do empregado constante no § 1º, desta cláusula.

CLÁUSULA 12ª – AUXÍLIO-DOENÇA

A **EQUATORIAL ENERGIA** pagará, a título de complementação da remuneração, como se na ativa estivesse, ao empregado afastado por motivo de doença, após o 15º (décimo quinto) dia de afastamento observadas as seguintes limitações e parâmetros:

- a) Ao empregado que sofrer acidente de trabalho, enquanto perdurar o auxílio-doença acidentário.
- b) Ao empregado em gozo de auxílio-doença previdenciário (não acidentário), até 6 (seis) meses após o evento gerador, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nova avaliação médica da Empresa, até o limite de 12 (doze) meses, a partir de quando cessará a obrigação da **EQUATORIAL ENERGIA** de pagar a complementação salarial até o valor da remuneração.

Parágrafo primeiro: Na vigência deste acordo coletivo de trabalho, a partir do 16º dia de afastamento, no prazo de 30 (trinta) dias, a Empresa, quando necessário, poderá encaminhar o empregado para realização de exames complementares e avaliação médica especializada, utilizando-se da Rede Credenciada do **Plano de Saúde da EQUATORIAL ENERGIA**, com o objetivo de ser emitido laudo conclusivo de especialista que subsidiará a **Área de Medicina do Trabalho da EQUATORIAL ENERGIA**, a manter ou sustar o pagamento da complementação da remuneração prevista na alínea “b”.

Parágrafo segundo: Faculta-se à Empresa manter convênio com o INSS para pagamento da remuneração integral e posterior ressarcimento com os valores repassados pelo INSS.

Parágrafo terceiro: Fica garantido ao empregado, no período em que estiver enquadrado na situação descrita nas alíneas “a” e “b” do *caput* e parágrafo primeiro da presente cláusula, além da complementação, apenas o Auxílio Alimentação.

Parágrafo quarto: Caso o empregado seja portador de doença grave, a Empresa continuará mantendo o fornecimento do Auxílio Alimentação após decorridos os 12 (doze) meses definidos na alínea “b”, do *caput* desta cláusula. São consideradas como doença grave: AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), Alienação mental, Cardiopatia grave, Cegueira, Contaminação por radiação, Doença de Paget em estados avançados (Osteíte deformante), Doença de Parkinson, Esclerose múltipla, Espondiloartrose anquilosante, Fibrose cística (Mucoviscidose),

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Hanseníase, Nefropatia grave, Hepatopatia grave, Neoplasia maligna, Paralisia irreversível e incapacitante, Tuberculose ativa.

- a) O Empregado deverá apresentar Atestado contendo diagnóstico médico, que descreva claramente os sintomas e o histórico patológico, caracterizadores da doença grave, com assinatura e carimbo com o nome e CRM do médico que o assiste, indicando expressamente: "O paciente é portador da patologia classificada sob o CID_____".
- b) O referido Atestado deverá ser validado, no que se refere aos aspectos formais, pela **Área de Medicina do Trabalho da EQUATORIAL ENERGIA**.

Parágrafo quinto: O empregado em auxílio-doença que necessitar se deslocar para fazer tratamento médico ou exames específicos, terá direito à quantidade de vale-transporte necessária aos seus deslocamentos, desde que apresente à Gerência de Gente e Gestão, o Laudo Médico ou a Requisição dos Exames.

CLÁUSULA 13ª - AUXÍLIO EDUCACIONAL

A **EQUATORIAL ENERGIA** fornecerá auxílio educacional aos filhos de seus empregados, nos termos abaixo:

Parágrafo primeiro: A **EQUATORIAL ENERGIA** pagará, mensalmente, o Auxílio Educacional, no valor de até **R\$ 648,65 (seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)**, aos empregados (homens e mulheres) referente aos filhos na faixa etária de 0 a 5 anos, 11 meses e 29 dias, não integrando, o valor pago a esse título, o salário para nenhum efeito e não se constituindo em base de incidência de quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários.

Parágrafo segundo: Exclusivamente, aos empregados cujos filhos sejam pessoas com deficiência, de acordo com laudo médico a ser expedido por especialista, será estendido o auxílio educacional além da limitação da faixa etária de 5 anos, 11 meses e 29 dias, no mesmo valor, desde que preenchidos os demais requisitos previstos nesta cláusula.

Parágrafo terceiro: Para os casos de filhos com deficiência, devidamente comprovados, o valor do auxílio creche que trata o caput desta cláusula, será acrescido de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo quarto: O pagamento do auxílio creche está condicionado ao protocolo anual pelo empregado, no Portal de Serviços, do Contrato firmado com a creche, bem como, mensalmente, do comprovante de pagamento da creche ou cópia da Carteira de Trabalho do empregado doméstico, contratado na função de babá, e da cópia do comprovante de pagamento da Guia da Previdência Social (GPS), que demonstra o recolhimento mensal do INSS.

Parágrafo quinto: A **EQUATORIAL ENERGIA** pagará a título de Auxílio Aquisição Material Escolar, no mês de **fevereiro/2025**, a todos os empregados que percebam salário nominal até **R\$ 3.992,26 (três mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos)**, e que tenham filhos com até 16 (dezesesseis) anos, ou que sejam seus dependentes legais, devidamente matriculados e em curso, o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do salário nominal do empregado, por filho, até o limite de 100% (cem por cento). Excepcionalmente, aos empregados que percebam salário nominal superior à **R\$ 3.992,26 (três mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos)** e cujos filhos possuam deficiência, de acordo com laudo médico a ser expedido por especialista, farão jus ao Auxílio Aquisição Material

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Escolar, no valor de até **R\$ 798,45 (setecentos e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos)**, por filho, limitado ao valor de **R\$ 3.992,26 (três mil novecentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos)**, sem a limitação da faixa etária do filho.

Parágrafo sexto: O empregado que tiver cônjuge ou companheiro na **EQUATORIAL ENERGIA** ou em outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico não poderá receber os auxílios previstos nessa cláusula de forma cumulativa.

Parágrafo sétimo: Fica determinado que o benefício previsto no caput desde cláusula, será concedido pela empresa, também aos filhos/enteados do(a) colaborador(a), desde que comprovada a união estável, casamento ou dependência econômica, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo oitavo: A comprovação prevista no parágrafo sétimo desta cláusula, deverá ser feita por meio de documentos oficiais, como certidão de casamento, declaração de união estável ou comprovantes de dependência econômica, em conformidade com a legislação tributária e previdenciária. A concessão do benefício está condicionada à apresentação de documentação válida que comprove a relação familiar e o atendimento aos critérios legais.

CLÁUSULA 14ª - AUXÍLIO MAIS EDUCAÇÃO

A **EQUATORIAL ENERGIA** pagará, mensalmente, o Auxílio Mais Educação, no valor de **R\$ 648,65 (seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)**, aos empregados (homens e mulheres) referente aos filhos na faixa etária de 06 a 06 anos, 11 meses e 29 dias, não integrando, o valor pago a esse título, o salário para nenhum efeito e não se constituindo em base de incidência de quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários.

Parágrafo primeiro: O pagamento do auxílio creche está condicionado ao protocolo anual, pelo empregado, no Portal de Serviços, do Contrato firmado com a creche, bem como, mensalmente, do comprovante de pagamento da creche ou cópia da Carteira de Trabalho do empregado doméstico, contratado na função de babá, e da cópia do comprovante de pagamento da Guia da Previdência Social (GPS), que demonstra o recolhimento mensal do INSS.

Parágrafo segundo: O empregado que tiver cônjuge ou companheiro na **EQUATORIAL ENERGIA** ou em outra empresa pertencente ao mesmo grupo econômico não poderá receber o auxílio previsto nessa cláusula de forma cumulativa.

Parágrafo terceiro: O empregado não poderá receber este benefício de forma cumulativa com o auxílio educacional para o mesmo dependente.

Parágrafo quarto: Fica determinado que o benefício previsto no caput desde cláusula, será concedido pela empresa, também aos filhos/enteados do(a) colaborador(a), desde que comprovada a união estável, casamento ou dependência econômica, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo quinto: A comprovação prevista no parágrafo quarto desta cláusula, deverá ser feita por meio de documentos oficiais, como certidão de casamento, declaração de união estável ou comprovantes de dependência econômica, em conformidade com a legislação tributária e previdenciária. A concessão do benefício está condicionada à apresentação de documentação válida que comprove a relação familiar e o atendimento aos critérios legais.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

CLÁUSULA 15ª – EQTPREV

A **EQUATORIAL ENERGIA** garantirá, conjuntamente com as demais patrocinadoras da EQTPREV, eleições diretas de representantes dos empregados e dos demais participantes ativos e assistidos dos planos de previdência administrados pela EQTPREV para 2 (dois) assentos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da EQTPREV.

Parágrafo primeiro: A eleição será organizada e conduzida pela própria EQTPREV, sendo elegíveis os participantes dos planos, na forma da legislação vigente e do Estatuto da Entidade.

Parágrafo segundo: Será facultado a **EQUATORIAL ENERGIA** e ao Sindicato acompanhar todo o processo.

Parágrafo terceiro: De acordo com o disposto no Contrato de Compra e Venda de Ações, a **EQUATORIAL ENERGIA** manterá a Fundação com as contribuições e benefícios hoje existentes, dentro dos prazos estabelecidos no referido contrato.

CLÁUSULA 16ª - SEGURO DE VIDA

A **EQUATORIAL ENERGIA** fornecerá, através de seguradora, seguro de vida e de acidentes em grupo, sem ônus, para todos os empregados.

Parágrafo primeiro: A apólice de seguro de vida compreenderá também benefício de auxílio funeral que será devido em razão de falecimento do empregado ou de dependente legal.

Parágrafo segundo: As partes declaram e reconhecem que o benefício não tem natureza salarial.

Parágrafo terceiro: Fica estabelecido que a **EQUATORIAL ENERGIA** poderá modificar os valores das indenizações previstas nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro da cláusula 17ª do ACT 2022/2024, apenas se resultarem em condições mais benéficas aos empregados, **sendo vedada a redução dos valores atualmente estabelecidos.**

Parágrafo quarto: A **EQUATORIAL ENERGIA** acatará, a qualquer tempo, as alterações cadastrais encaminhadas pelos(as) empregados(as) à Área de Gente e Gestão, segundo a legislação pertinente.

Parágrafo quinto: O(A) empregado(a) ou seus dependentes legais deverão entregar a documentação solicitada pela seguradora para fins de habilitação e pagamento do prêmio previsto para cada caso específico.

Parágrafo sexto: Em caso de ação judicial o Sindicato se compromete a arrolar no polo passivo a seguradora.

CLÁUSULA 17ª – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

A **EQUATORIAL ENERGIA** fornecerá, mensalmente, o Auxílio Alimentação aos seus empregados na ativa, a partir de 1º de novembro de 2024, cujo custeio será compartilhado, não integrando salário para nenhum efeito, conforme tabela e o disposto a seguir:

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

FAIXAS	FAIXA SALÁRIO NOMINAL	VALOR DO AUXÍLIO	DESCONTO
1.	Até R\$ 4.374,45	R\$ 1.419,35	R\$ 0,10
2.	Acima R\$ 4.374,45	R\$ 1.419,35	R\$ 15,00

Parágrafo primeiro: A **EQUATORIAL ENERGIA** fornecerá o auxílio até o dia 1º de cada mês referente à utilização do benefício, através de crédito realizado em cartão eletrônico da prestadora de serviço, destinado a custear a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos conveniados.

Parágrafo segundo: O valor do desconto relativo à participação do(a) empregado(a) no custeio será efetuado em Folha de Pagamento.

Parágrafo terceiro: Em caráter excepcional, a **EQUATORIAL ENERGIA** garantirá o fornecimento do auxílio alimentação ao empregado que estiver em gozo de Férias, Licença Prêmio, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio Doença Previdenciário, na forma dos parágrafos terceiro e quarto, da Cláusula 12ª do Acordo Coletivo de Trabalho vigente.

Parágrafo quarto: Não fará jus ao auxílio alimentação o(a) empregado(a) que estiver com o seu contrato de trabalho suspenso, exceto os casos explicitados no parágrafo terceiro.

Parágrafo quinto: A **EQUATORIAL ENERGIA** concederá aos(às) empregados(as) admitidos(as) até 31/10/2024 e que se encontram na ativa na data da assinatura do presente Acordo, exclusivamente no mês de dezembro de 2024, um Auxílio-Alimentação Natal no valor de **R\$ 1.860,27 (um mil, oitocentos e sessenta reais e vinte e sete centavos)**, a ser creditado no Vale alimentação.

Parágrafo sexto: O benefício Auxílio Alimentação fornecido pela **EQUATORIAL ENERGIA** está inscrito no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, instituído pela Lei 6.321/76.

Parágrafo sétimo: Os empregados que assim desejarem, poderão converter seu Vale Alimentação mensal em Vale Refeição mensal, definindo o percentual disponibilizado pela empresa, permanecendo inalterado, nesse caso, os critérios de participação do empregado, previsto no caput desta cláusula. A manifestação deverá acontecer através do sistema Portal de Serviços, podendo o empregado requerer conforme a periodicidade divulgada pela Empresa.

CLÁUSULA 18ª - VALE-TRANSPORTE

A **EQUATORIAL ENERGIA** fornecerá Vale-Transporte **gratuito**, até o 1º dia útil de cada mês, a todos os seus empregados que comprovarem junto à Empresa a utilização diária de ônibus coletivo no seu deslocamento residência/ **EQUATORIAL ENERGIA** /residência, em município onde exista sistema de transporte coletivo público, aprovado pelo Poder Concedente, segundo o que dispõe a Lei nº 7.418/85 e Decreto nº 95.247/87.

CLÁUSULA 19ª - SEGURANÇA E SAÚDE DO EMPREGADO

A **EQUATORIAL ENERGIA** adotará as CIPA's e o SESMT das condições necessárias para promover a prevenção de acidentes e saúde de seus empregados, conforme estabelecido pelas NR's 4 e 5.

Parágrafo primeiro: A **EQUATORIAL ENERGIA** garantirá aos seus empregados a distribuição de EPI's e EPC's necessários e suficientes para a execução de suas tarefas.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Parágrafo segundo: A **EQUATORIAL ENERGIA** comunicará ao **STIU-DF** todos os acidentes de trabalho que vierem a ocorrer, dentro ou fora de suas instalações, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir do horário do acontecimento do mesmo, informando causas e providências adotadas.

Parágrafo terceiro: A **EQUATORIAL ENERGIA** fornecerá ao **STIU-DF** cópias das Atas das Reuniões das CIPA's.

Parágrafo quarto: O empregado não poderá executar tarefas quando lhe faltarem condições técnicas, físicas, equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6, da Portaria 3.214 do MTP, devendo o fato ser reportado ao encarregado do serviço e à Área de Segurança e Meio Ambiente.

Parágrafo quinto: Cabe ao empregado zelar pela sua segurança, da sua equipe e do seu local de trabalho, dos equipamentos e da comunidade em geral.

Parágrafo sexto: A **EQUATORIAL ENERGIA**, através da sua Área de Medicina do Trabalho, tomará providências que visem prevenir as situações e comportamentos que possam ocasionar Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. e Distúrbios Ósteo-Musculares Relacionados ao Trabalho – D.O.R.T.

Parágrafo sétimo: A **EQUATORIAL ENERGIA** promoverá a avaliação dos seus locais de trabalho e, sempre que necessário, implementará melhorias, visando oferecer um ambiente de trabalho seguro e agradável aos seus empregados, clientes e comunidade em geral.

Parágrafo oitavo: A **EQUATORIAL ENERGIA** deverá garantir 4 (quatro) horas/mês para os membros das CIPA's desenvolverem trabalhos de inspeção nos locais de trabalho, palestras sobre temas específicos de segurança e saúde do empregado na Empresa e na comunidade, sob a supervisão da Área de Segurança e Meio Ambiente.

Parágrafo nono: A **EQUATORIAL ENERGIA** deverá garantir uma visita mensal em campo para os membros das CIPA's, quando existirem atividades no local de trabalho de atuação da CIPA e que justifiquem a realização das mesmas.

Parágrafo décimo: Nos locais de trabalho onde a quantidade de empregados for inferior a 20 (vinte) e superior a 10 (dez), a **EQUATORIAL ENERGIA** indicará 1 (um) representante do empregador para compor o GPR – Grupo de Prevenção de Risco, não fazendo jus à estabilidade.

CLÁUSULA 20ª – UNIFORMES

A **EQUATORIAL ENERGIA** continuará fornecendo gratuitamente uniformes aos empregados que trabalham nas atividades de segurança, manutenção, operação e construção.

CLÁUSULA 21ª - ASSISTÊNCIA AO ACIDENTADO

Em caso de acidente de trabalho de empregado, quando o tratamento contemplado pelo SUS e **Plano de Saúde** não for suficiente para atendê-lo, a Empresa prestará assistência médica, incluindo internação hospitalar, tratamento fisioterápico, aparelho de prótese e correção estética, desde que requisitado por médico especialista com concordância do médico da Empresa.

Parágrafo primeiro: Ao empregado que se deslocar do seu domicílio para outra cidade, a fim de realizar tratamento necessário de que trata o **caput** desta cláusula, a **EQUATORIAL**

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

ENERGIA garantirá o seu deslocamento e viabilizará ajuda de custo, com o objetivo de garantir despesas com hospedagem e alimentação.

Parágrafo segundo: Se após o tratamento de que trata o **caput** desta cláusula, for comprovado que o empregado sofreu redução de sua capacidade de trabalho, será promovida a sua readaptação funcional em consonância com o órgão da Previdência Social.

Parágrafo terceiro: A readaptação funcional por incapacidade atestada pelo INSS será avaliada pela Área de Medicina do Trabalho da empresa, em parecer fundamentado, de forma que o colaborador possa ser lotado para trabalhar em área que atenda às suas limitações funcionais, conforme a legislação vigente e normas internas da empresa.

Parágrafo quarto: No caso de implantação de novas tecnologias ou reestruturação do quadro de empregados, a **EQUATORIAL ENERGIA** se compromete a propiciar a capacitação técnica e readaptação para o exercício de novas atividades.

Parágrafo quinto: A **EQUATORIAL ENERGIA** garantirá o emprego ao colaborador após o seu retorno do Auxílio-Doença Acidentário por 2 (dois) meses após o término da Estabilidade de 12 (doze) meses prevista em Lei, excluída a hipótese de falta grave, devidamente apurada, nos termos da CLT.

Parágrafo sexto: A **EQUATORIAL ENERGIA** prestará assistência médica aos empregados portadores de Lesões por Esforços Repetitivos - L.E.R. e Distúrbios Ósteo-Musculares Relacionados ao Trabalho – D.O.R.T., desde que contraídas no exercício de suas atividades normais na Empresa e emitida a respectiva CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho, na qual a Empresa reconhece como Doença Ocupacional.

CLÁUSULA 22ª - SAÚDE OCUPACIONAL

A **EQUATORIAL ENERGIA** prestará assistência médica ocupacional aos seus empregados, atendendo o disposto nos itens a seguir:

- a) Promoverá exame periódico de saúde, conforme o que estabelece a NR-07.
- b) Promoverá assistência médica ocupacional, através da formalização de convênio ou credenciamento nas sedes das Regionais e Escritórios Locais onde existam profissionais da área, que aceitem as condições propostas pela Empresa, sob a coordenação da **Área de Medicina do Trabalho da EQUATORIAL ENERGIA**.
- c) Acatará os atestados médicos, em observância ao disposto na legislação previdenciária, e validados no que se refere aos aspectos formais pelo serviço médico da Empresa, para justificativa de faltas nos primeiros 15 (quinze) dias de afastamento.

CLÁUSULA 23ª - TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E DOAÇÕES AO SINDICATO

A **EQUATORIAL ENERGIA** acatará as decisões aprovadas pelos trabalhadores em Assembleias regulares para desconto em folha de Taxas, Contribuições e Doações, desde que observados os limites da Lei e a opção do empregado se opor ao desconto, principalmente o não associado, e as repassará ao Sindicato em 48 horas úteis após a liberação do crédito dos empregados pelos Bancos Conveniados.

Parágrafo primeiro: A responsabilidade quanto às ações judiciais e/ou administrativas decorrentes do processo de descontos será do **STIU-DF**.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Parágrafo segundo: Deverá o Sindicato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da aprovação do desconto pela assembleia, informar a **EQUATORIAL ENERGIA** os empregados que se manifestaram contra os descontos, respeitando sempre os prazos de fechamento da folha de pagamento.

Parágrafo terceiro: Caberá ao Sindicato informar a **EQUATORIAL ENERGIA** o resultado da Assembleia, bem como os critérios, valores ou percentuais a serem implementados para o desconto nos contracheques dos empregados associados que não manifestaram oposição.

CLÁUSULA 24ª – REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO DO ACT

Sempre que necessário, as partes realizarão reuniões para tratar de assuntos relacionados a Relações Trabalhistas e Programa de Treinamento, bem como outros assuntos de interesse do empregado e acompanhamento da execução deste Acordo Coletivo de Trabalho com o objetivo de averiguar o correto cumprimento das cláusulas estipuladas.

CLÁUSULA 25ª – JORNADA DE TRABALHO

A **EQUATORIAL ENERGIA** mantém o controle de jornada de trabalho dos empregados e banco de horas, nos termos do Art. 59 e seus parágrafos, da Consolidação das Leis do Trabalho, que será regido pelas seguintes condições.

Parágrafo primeiro: A Jornada de Trabalho dos empregados da **EQUATORIAL ENERGIA** será de 8h às 12h e das 14h às 18h, com intervalo de até 2 (duas) horas intrajornada.

Parágrafo segundo: O intervalo intrajornada previsto no parágrafo primeiro desta cláusula, poderá ser alterado pela Empresa, de acordo com a necessidade dos serviços e conveniência administrativa, desde que observados os limites legais. Caso a empresa realize esta alteração de forma definitiva, o sindicato deverá ser comunicado.

Parágrafo terceiro: Tolerância: As variações de horário no registro de ponto não excedentes de 15 (quinze minutos), não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária, observado o limite máximo de 30 (trinta) minutos diários. Esta tolerância não é cumulativa, ou seja, não passa de um dia para o outro.

SITUAÇÃO	ENTRADAS		SAÍDAS	
Não Gera Hora Extra	7:45 as 7:59	13:45 as 13:59	12:01 as 12:15	18:01 as 18:15
Não Gera Desconto	8:01 as 8:15	14:01 as 14:15	11:45 as 11:59	17:45 as 17:59
NOTA: Para efeito dessa regra, o empregado deverá considerar o limite máximo de 30 (trinta) minutos diários.				

Parágrafo quarto: A **EQUATORIAL ENERGIA** remunerará as horas extras trabalhadas por seus empregados da seguinte forma:

- a) Nos dias normais, inclusive nos sábados, serão acrescidas de 50% (cinquenta por cento) da hora normal, conforme determina a Constituição Federal.
- b) Nos domingos, nas folgas e nos feriados oficiais, serão acrescidas de 100% (cem por cento) da hora normal.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Parágrafo quinto: As horas em viagem a serviço, nos dias úteis fora do expediente normal de trabalho, aos sábados, domingos, folgas e feriados serão consideradas como horas extras, desde que realizadas a serviço da operação / manutenção dos sistemas elétricos ou fiscalização / normalização de unidades consumidoras, devendo ser previamente autorizadas, dentro dos limites da CLT.

- a) De até 2 (duas) horas nos dias normais.
- b) De até 10 (dez) horas nos sábados, domingos e feriados.

Parágrafo sexto: A **EQUATORIAL ENERGIA** pagará ao empregado pela supressão do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, a indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas extras suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal, conforme o que estabelece a Súmula nº 291, do TST.

- a) O cálculo para a indenização terá como base a média das horas extras efetivamente trabalhadas nos últimos 12 (doze) meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

Parágrafo sétimo: A **EQUATORIAL ENERGIA** poderá adotar o sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, por meio de instalação de registro eletrônico de ponto, sistema manual ou outra modalidade de controle de jornada de trabalho, conforme portaria MTP 671/2021, cumulada com o art. 74 § 2º da CLT. Nos casos de incompatibilidade de impressão de comprovante de registro no momento da marcação do trabalhador, a extração das informações irá ser disponibilizado aos empregados por meio eletrônico.

CLÁUSULA 26ª – DO BANCO DE HORAS

Conforme o Artigo 59, da CLT e seus parágrafos, a partir da entrada em vigor do presente Acordo, será permitida a implantação do Banco de Horas.

Parágrafo primeiro: O Banco de Horas terá por finalidade abrir a possibilidade da Empresa compensar as horas de trabalho excedentes aos limites legais (horas positivas), bem como possibilitar o Empregado compensar as suas ausências durante o horário de trabalho (horas negativas), ocorridas no período de vigência do Acordo.

Parágrafo segundo: As horas laboradas em dias de sábado, domingo e / ou feriado serão pagas como horas extras, exceto quando a escala de trabalho coincidir com os aludidos dias, não entrando, portanto, para o Banco de Horas.

Parágrafo terceiro: O Banco de Horas não se aplicará aos empregados que exercem cargos de confiança.

Parágrafo quarto: A Empresa e o empregado terão o prazo cíclico de 120 (cento e vinte) dias para compensar as Horas Positivas e Negativas, sendo este prazo automaticamente renovado até o término da vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

- a) Decorrido o prazo cíclico de 120 (cento e vinte) dias estabelecido no caput, caso a Empresa não tenha zerado o saldo do Banco, deverá efetuar o pagamento das horas na Folha de Pagamento do mês subsequente ao mês de fechamento do banco.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

- b) Da mesma forma, caso o empregado não tenha zerado as horas negativas, a Empresa fará o desconto das referidas horas na Folha de Pagamento do mês subsequente ao mês de fechamento do banco.
- c) Os meses de fechamento do banco de horas serão: fevereiro, junho e outubro de cada ano.
- d) Os meses de pagamento (da Empresa) e desconto (do Empregado) do saldo do banco de horas, serão março, julho e novembro de cada ano.

Parágrafo quinto: A compensação das horas extras será feita na proporção de uma hora de trabalho por uma hora de descanso. Devendo ser compensadas até o término de vigência do presente acordo, respeitados os ciclos de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo sexto: A Empresa se compromete a realizar um Controle da Jornada de Trabalho para cada empregado, o qual conterà demonstrativo claro e preciso que aponte todas as horas extraordinárias laboradas, indicando detalhadamente os créditos do empregado, bem como todas as horas de ausência ao trabalho, que forem remuneradas, as quais indicarão crédito para a empresa.

- a) Para efeito de controle do empregado será fornecido mensalmente o controle acima assinalado.
- b) É assegurado a todo empregado livre acesso ao Controle de Horas de Trabalho.

Parágrafo sétimo: Excluir do controle de frequência os empregados ocupantes dos cargos de Advogado, Auditor e Secretária Executiva.

Parágrafo oitavo: O fechamento dos créditos e débitos de horas de cada empregado será sempre efetuado ao término de cada período cíclico de 120 (cento e vinte) dias.

- a) Na hipótese do empregado contar com crédito ou débito de horas de trabalho, estes, serão liquidados em moeda corrente, de acordo com o parágrafo quarto da cláusula 25ª, que trata sobre a forma pagamento da hora extra, e parágrafo quarto da presente cláusula, que trata sobre o prazo de compensação e pagamento do banco de horas.

Parágrafo nono: O prazo para pagamento dos créditos mencionados na alínea “d” do parágrafo quarto, da presente cláusula, será sempre no dia de pagamento do saldo de salário.

Parágrafo décimo: Na ocorrência de rescisão contratual sem justa causa, por iniciativa da **EQUATORIAL ENERGIA**, em caso de dispensa por justa causa ou pedido de demissão, o saldo credor do **BANCO DE HORAS** do empregado será pago no prazo legalmente estabelecido para quitação das verbas rescisórias e, as horas a débito do empregado serão descontadas contra os créditos salariais e rescisórios.

CLÁUSULA 27ª - ABONO DE PONTO

A **EQUATORIAL ENERGIA**, de acordo com o art. 473, da CLT e da CF de 1988, assegura que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nos seguintes casos:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis, em virtude de casamento.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

- b) Por 5 (cinco) dias úteis, em caso de paternidade, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada;
- c) Até 5 (cinco) dias úteis, em caso de falecimento do cônjuge, pais, padrastos, madrastas, filhos e/ou enteados.
- d) Até 2 (dois) dias úteis, em caso de falecimento de irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência.
- e) Por 1 (um) dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- f) Nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior, com comunicação prévia de 72 (setenta e duas) horas antes da realização das provas.

CLÁUSULA 28ª - ACOMPANHAMENTO A DEPENDENTE EM CASO DE DOENÇA

O empregado com dependente filho (a) solteiro (a), até a idade de 18 (dezoito) anos, ou companheiro (a) que comprovadamente venha a interná-lo (a) em estabelecimento hospitalar, será liberado no primeiro dia da internação, mediante a apresentação ao gestor imediato de 1 (uma) cópia da “Carta de Internação”.

Parágrafo único: A internação ocorrida após as 18 (dezoito) horas será considerada como efetivada no dia subsequente, para os efeitos desta cláusula.

CLÁUSULA 29ª - PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS

A **EQUATORIAL ENERGIA** desenvolverá Programa de Prevenção e Tratamento de Dependências Químicas para atender aos seus empregados.

Parágrafo único: A Empresa se compromete a realizar palestras direcionadas aos gestores quanto aos procedimentos necessários à abordagem do empregado com sintomas de dependência química e palestras educativas aos empregados.

CLÁUSULA 30ª - PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

A **EQUATORIAL ENERGIA** desenvolverá o Programa de Preparação para a Aposentadoria dos seus empregados.

Parágrafo único: A Empresa promoverá palestras de preparação para a aposentadoria, bem como realizará curso de empreendedorismo.

CLÁUSULA 31ª - APOIO À MATERNIDADE

A **EQUATORIAL ENERGIA**, através da sua **Área Medicina do Trabalho**, desenvolverá o Programa de Apoio à Gestante.

Parágrafo primeiro: A Empresa promoverá palestras de preparação para a gestante.

Parágrafo segundo: Se durante o período de gestação a colaboradora se sentir impossibilitada de desenvolver o seu trabalho na função que exerce, deverá procurar a **Área Medicina do**

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Trabalho da EQUATORIAL ENERGIA para avaliação da sua capacidade laborativa. Caso seja identificada a necessidade de mudança da atividade, o processo será conduzido pela Gerência de Gente e Gestão, em conjunto com a área de lotação da colaboradora e, ao final da licença maternidade, a mesma retornará à função ocupada antes da alteração.

Parágrafo terceiro: A **EQUATORIAL ENERGIA** garantirá o emprego da empregada gestante, por mais 90 (noventa) dias após o término da licença maternidade, excluída a hipótese de falta grave, devidamente apurada, nos termos da CLT.

Parágrafo quarto: A **EQUATORIAL ENERGIA** garantirá às empregadas Licença Maternidade de 180 dias, sem prejuízo de sua remuneração, conforme preceitua a Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008.

Parágrafo quinto: A **EQUATORIAL ENERGIA** concederá ainda licença adoção, de acordo com a legislação vigente, à mãe adotiva, mediante apresentação do termo judicial de guarda da adotante ou guardiã, no mesmo prazo conferido à licença maternidade.

CLÁUSULA 32ª - PASSIVOS TRABALHISTAS

A **EQUATORIAL ENERGIA** se compromete, na vigência do presente Acordo, a negociar administrativamente os passivos trabalhistas dos empregados, que deverão formalizar o pleito à Empresa, sendo submetido à análise das Áreas de Relações Trabalhistas e Jurídica para emissão de parecer e posterior decisão da Diretoria.

Parágrafo único: Será admitida a assistência do Sindicato no pleito administrativo previsto no **caput** desta cláusula.

CLÁUSULA 33ª - ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO PESSOAL DOS EMPREGADOS

A **EQUATORIAL ENERGIA** buscará estabelecer convênios com Instituições de Ensino visando propiciar a educação básica (Ensino Fundamental e Médio), bem como incentivará a participação dos empregados em programas de graduação (Ensino Superior).

Parágrafo primeiro: A **EQUATORIAL ENERGIA** divulgará os cursos promovidos interna e externamente, bem como definirá os pré-requisitos necessários à participação do empregado.

Parágrafo segundo: A **EQUATORIAL ENERGIA** estabelecerá convênios com universidades, a fim de obter descontos nas mensalidades para os empregados.

CLÁUSULA 34ª – ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS EMPREGADOS

A **EQUATORIAL ENERGIA**, através de sua Área Jurídica, promoverá o acompanhamento e defesa em procedimentos criminais e ações judiciais promovidas contra seus empregados em razão do exercício regular de suas funções, excluídos os casos resultantes de imprudência, dolo, má-fé ou dilapidação do patrimônio da Empresa devidamente comprovados.

CLÁUSULA 35ª – COMBATE AO PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E ASSÉDIO

De acordo com o que preceitua o Código de Ética e Conduta da **EQUATORIAL ENERGIA**, a Empresa repudia toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e assédio em decorrência de cor, raça, sexo, origem étnica, língua, idade, condição econômica, nacionalidade, naturalidade, condição física, mental ou psíquica, parentesco, religião, orientação sexual, ideologia sindical ou posicionamento político.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO – 2024/2026

Por assim estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Acordo Coletivo de Trabalho em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, devendo 1 (uma) via ser depositada eletronicamente na Superintendência Regional de Trabalho e Emprego do Distrito Federal, tudo para que surtam seus jurídicos e legais efeitos. As Partes envolvidas neste instrumento afirmam e declaram que esse poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma DocuSign.

Brasília, 18 de dezembro de 2024.

Pela **EQUATORIAL ENERGIA S.A.**



HUMBERTO LUIS QUEIROZ NOGUEIRA
Diretor

Bruno Cavalcanti Coelho

BRUNO CAVALCANTI COELHO
Diretor

Pelo STIU-DF

JOSÉ EDMILSON DA SILVA
Diretor

ALISSON BARBOSA DE FARIAS

ALISSON BARBOSA DE FARIAS
Diretor